



# B O L E T I M

## Trabalhadores Rurais & Direitos

Boletim do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA - Ano I - Nº. 1

### Editorial

Os conflitos sociais no campo crescem ainda. No ano passado, após o assassinato da Ir. Dorothy Stang foi cobrada justiça, não apenas em relação a ela, porém, em relação a todas as pessoas que são assassinadas pelo poder do latifúndio e do agronegócio assassino. Por isto partilhamos neste número do Boletim o documento ecumênico sobre violência no campo e o documento do Movimento Sem Terra sobre Eldorado do Carajás – que continua impune: até quando? No semi-árido nordestino continuam as lutas em favor de um novo modelo de desenvolvimento, de um desenvolvimento rural sustentável que inclua meios alternativos de convivência com o semi-árido. São lutas importantes. Dentre elas, uma das mais significativas, é a conquista de Itaparica, por meio da criação de uma organização sindical *sui generis* que é o Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco. Por isto, neste número, partilhamos a eleição da nova diretoria daquele Pólo e contamos, por meio de um depoimento do atual superintendente da Codevasf, SR5, Alcides Modesto, um pouco da história daquele Pólo. Esperamos que estas notícias e reflexões animem nossas leitoras e leitores a continuar o compromisso com a luta por um mundo camponês justo, solidário, fraterno e sustentável.

## Eleição no Pólo Sindical

Durante os dias 30 e 31 de março, as atenções dos sindicatos de trabalhadores rurais de municípios da Bahia e Pernambuco articulados por meio do Pólo Sindical dos Trabalhadores Rurais do SMSF estiveram voltadas para a eleição da nova direção do Pólo Sindical do Submédio São Francisco, que foram realizadas em Petrolândia (PE). Os 53 delegados de STR's elegeram uma direção composta por jovens e, em sua maioria, mulheres.

Rita de Cássia S. N. Souza foi reeleita coordenadora do Pólo. A nova direção coordenará o Pólo durante três anos. Dentre os novos diretores encontra-se Sintia Verônica Almeida Néri do STR's de Chorrochó (BA) que fazia parte do Coletivo de Jovens e foi eleita Secretária da Mulher e do Jovem.

KOINONIA esteve presente como convidada a assessorar as eleições, realizando uma análise de conjuntura sobre o pleito e coordenando a votação. Há nove anos KOINONIA e o Pólo desenvolvem, por meio do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos, atividades sócio-educativas de caráter político-organizativo e de formação cultural para os jovens da região. Três dos jovens eleitos para a nova direção do Pólo já participaram de cursos de formação de jovens promovidos por KOINONIA em parceria com o Pólo.

As escolhas do Pólo representam a renovação de mais de 50% dos cargos da direção; uma aposta dos sindicatos de

trabalhadores rurais em lideranças jovens e um reforço nas lutas do Pólo.”

Para a nova diretoria destacam-se como luta para as quais o Pólo deverá se empanhar: reivindicação da conclusão das obras de Itaparica; o incentivo às ações de desenvolvimento sustentável, inclusive de práticas de agricultura de orgânicos; e a luta por melhorias na convivência com o semi-árido.

### DIRETORIA

#### Coordenadora Geral:

Rita de Cássia dos S. N. Souza

#### Secretária Executiva:

Ivonete da Silva Farias

#### Secretária de Finanças:

Neuma Maria dos Santos Souza

#### Secretário de Org. de Prod. e

#### Comercializ.:

Oswaldo Joaquim Xavier

#### Secretário de Convivência com a Seca:

Eraldo José de Souza

#### Secretário de Formação e

#### Comunicação:

Ademar Fagundes Vieira

#### Secretário Jurídico:

Admilson Nunis de Souza

#### Secretária da Mulher e do Jovem:

Sintia Verônica Almeida Néri e **suplente:**

Assueres da Silva Santos

#### Conselho Fiscal:

Marcos Luiz Félix da Silva, José Tumaz de Lima e Maria Pereira dos Santos (Lia) e

**suplente:** Jorge de Melo Silva

Fonte: KOINONIA

■ **Eleição no Pólo Sindical**

■ **Os pobres possuíram a terra**  
**Pronunciamento e Pastores Sinoidais**  
**sobre a terra**

■ **10 Anos de Massacre**

■ **ENTREVISTA**

**TRD Entrevista Alcides Modesto**

# Os Pobres possuirão a Terra (Sl 37,11)

## Pronunciamento de Bispos e Pastores Sinodais sobre a Terra

Durante a 44ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) realizada em maio em Itaiçi (SP) foi lançado o documento ecumênico *Os pobres possuirão a terra* - pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra. O documento, que teve como um dos autores a Comissão Pastoral de Terras, trata da situação dos Trabalhadores Rurais Brasileiros. Mais de 100 representantes eclesiástico assinaram o pronunciamento que é considerado ecumênico.

Por motivos de espaço, o Boletim Trabalhadores Rurais e Direitos selecionou alguns trechos desse documento e os publicará ao longo de três edições a partir desse número. *Os pobres possuirão a terra* - pronunciamento de bispos e pastores sinodais sobre a terra pode ser lido na íntegra no site da Comissão Pastoral da Terra: <http://www.cptnac.com.br/>

### A Reforma Agrária

Durante os últimos trinta anos, nossas Igrejas têm se manifestado insistentemente sobre a necessidade de se realizar uma profunda e verdadeira Reforma Agrária. Porém todos os esforços e campanhas feitos para que houvesse mudanças na estrutura fundiária brasileira foram infrutíferos. Às mobilizações da sociedade por reforma agrária os governos responderam com tímidas políticas compensatórias que visavam amenizar os conflitos e desmobilizar os movimentos sociais, muitas vezes, com forte repressão.

Com o fim do regime militar, o governo José Sarney sinalizou na direção de uma possível Reforma Agrária com a criação do MIRAD - Ministério Extraordinário da Reforma Agrária e do Desenvolvimento Rural - e com a formulação do 1º PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária - que se propunha a meta de assentar 1.400.000 famílias. Este plano não passou de uma carta de intenções: só foram assentadas 89.945 famílias.

O Congresso Constituinte, em 1988, foi um dos palcos onde se defrontaram as forças pró e contra a Reforma Agrária. A questão agrária provocou intensos debates e foi um dos últimos pontos a ser votado. Foram recolhidas mais de 1.200.000 assinaturas em todo o país em defesa da Reforma Agrária. Apesar disto a bancada ruralista, com apoio da UDR, União Democrática Ruralista – ator estratégico e armado do latifúndio - conseguiu incluir no texto da Constituição dispositivo que impedia a desapropriação de terras consideradas produtivas. Desta forma retirou a força de outros artigos que subordinavam e condicionavam a propriedade à sua função social. Estabeleceu um novo ordenamento legal que representava um retrocesso em relação à legislação anterior e ao Estatuto da Terra. Com a definição de “justas indenizações pecuniárias”, instalou-se no país uma verdadeira indústria de superindenizações de latifúndios desapropriados.

As chacinas de *Corumbiara* e de *Eldorado de Carajás*, com a repercussão que tiveram, sobretudo no Exterior, e as pressões dos movimentos sociais levaram o governo Fernando Henrique Cardoso a criar o

Ministério Extraordinário da Reforma Agrária (1996) que mais tarde passou a se chamar de Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Não se estabeleceu, porém, um programa real de Reforma Agrária e um plano com objetivos e metas para a desconcentração fundiária. Cresceu a pressão dos movimentos sociais com manifestações, marchas, ocupações de terras e de prédios públicos. Isso levou o governo a assentar dezenas de milhares de famílias como política compensatória para amenizar os focos de tensão social. A tão propalada Reforma Agrária., porém, nunca foi tratada como prioridade.

Acolhendo a estratégia de *amenização da pobreza*, concebida pelo Banco Mundial para as áreas rurais dos países do Terceiro Mundo, em especial para a América Latina e Caribe, o governo de Fernando Henrique Cardoso adotou um novo modelo de Reforma Agrária denominado de “Novo Mundo Rural”. Era uma autêntica contra- reforma agrária. Visava substituir gradativamente o instrumento de desapropriação de áreas, por mecanismos de compra e venda de terras. Para isto foram criados os Programas Cédula da Terra e Banco da Terra e outros programas nos quais se inclui hoje o Crédito Fundiário. Desta forma buscava-se privatizar os instrumentos de arrecadação de terras, transferir para estados e municípios o controle dos programas e desonerar a União dos seus custos financeiros e políticos. Neste contexto, o Incra foi perdendo sua função culminando com o desmonte da autarquia.

Para conter o crescimento dos movimentos e suas ações, o governo Fernando Henrique Cardoso lançou a propagandeada “Reforma Agrária pelo Correio”, que só existiu nos meios de comunicação. Os sem-terra preencheriam um formulário nos Correios e em poucos meses receberiam seus lotes. Praticamente ninguém foi assentado por ela. O objetivo desta Reforma Agrária era o de desmobilizar os movimentos sociais, na tentativa de desconstruir qualquer ação organizada e coletiva. Veio acompanhada de uma série de medidas que criminalizavam as ações dos

movimentos: a criação de um departamento específico na Polícia Federal para apurar crimes contra violações da propriedade rural; a proibição da vistoria das terras ocupadas, ou sob ameaça de ocupação mesmo que improdutivas; o impedimento do assentamento das pessoas e a proibição de acesso a recursos públicos das entidades que, direta ou indiretamente, se envolvessem com ocupações coletivas de latifúndios etc.

Com a eleição de Lula para a presidência da República criou-se na sociedade brasileira em geral e, sobretudo nos movimentos sociais do campo a expectativa de que a Reforma Agrária se concretizaria. Foi criada uma comissão que apresentou um alentado e bem fundamentado programa de Reforma Agrária. Entretanto, este programa foi reduzido e descaracterizado. Só foi anunciado após uma Marcha organizada pelo Fórum Nacional Pela Reforma Agrária e Justiça no Campo, ao final do primeiro ano do mandato (2003)

Além disso, a bancada ruralista no Congresso Nacional, formada por parlamentares de diversos partidos, tem servido de instrumento para barrar todo e qualquer avanço da Reforma Agrária e dos direitos dos trabalhadores do campo. Não se consegue, por exemplo, votar a Proposta de Emenda Constitucional que estabelece a expropriação de propriedades onde se explora mão-de-obra em condições análogas à escravidão. Essa bancada, majoritária na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das Terras, rejeitou o relatório final que denunciava a grilagem das terras públicas e aprovou um relatório substitutivo no qual os trabalhadores, vítimas da violência no campo, são denunciados como responsáveis pela mesma. Também propõe que as ocupações de terra sejam tipificadas como crime hediondo e ato terrorista. Nunca, porém, foi criminalizada a grilagem conforme a lei já prevê desde 1966.<sup>1</sup>

Fonte: CTP

<sup>1</sup> Lei 4947/1966, Art. 20: Invadir, com intenção de ocupá-las, terras da União, dos Estados e dos Municípios: Pena: Detenção de 6 meses a 3 anos.

# 10 Anos do Massacre

A Coordenação Nacional do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) divulgou a nota oficial abaixo, em abril, para lembrar e iniciar as manifestações pelos dez anos do Massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 trabalhadores rurais foram assassinados no Pará, em 1996.

## **Eldorado de Carajás, até quando?**

O 17 de Abril se transformou no Dia Internacional da Luta Camponesa da Via Campesina, organização internacional de movimentos sociais do campo, em memória aos 19 trabalhadores brutalmente assassinados no Massacre de Eldorado de Carajás.

Nessa data, em 1996, três mil famílias Sem Terra, que ocupavam a rodovia PA-150 para exigir a desapropriação de um latifúndio improdutivo, foram cercadas por duas tropas de militares, que abriram fogo a fim de cumprir a ordem do governador do estado na época, Almir Gabriel (PSDB).

Para lembrar os 10 de anos de impunidade do massacre e marcar o dia de luta, o MST realizou atos pacíficos, marchas e protestos em 23 estados do país onde estamos organizados e no exterior. A nossa mobilização denuncia a impunidade dos policiais militares que exterminaram brutalmente os companheiros em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 17 de abril de 1996.

Depois de uma década, permanecem soltos os 155 policiais participantes da operação. Dos 144 incriminados, os dois únicos condenados - o coronel Mário Collares Pantoja e o major José Maria Pereira de Oliveira - estão em liberdade. Os responsáveis políticos, o governador Almir Gabriel e o secretário de Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, não foram indiciados.

## **Reivindicações**

O MST acredita que apenas uma Reforma Agrária integral e genuína, que desconcentre a propriedade da terra e resolva os problemas dos pobres no campo, vai acabar com a violência das áreas rurais. Nesse

sentido, exigimos do governo federal o assentamento das mais de 150 mil famílias acampadas nas beiras de estrada.

Também exigimos a atualização dos índices de produtividade da terra, que depende simplesmente de um acordo interno da administração federal. No final da Marcha Nacional, em maio de 2005, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se comprometeu, em audiência com o MST, a baixar uma portaria com a mudança da tabela. No entanto, o governo não teve coragem até o momento de atualizar os índices em vigor desde a década de 70.

O Brasil tem 4,6 milhões de famílias de camponeses sem-terra, dos quais mais de 150 mil famílias estão acampadas na beira de estrada nas piores condições de vida. Por outro lado, cerca de 26 mil grandes proprietários de terra, que representam menos de 1% do universo de 5 milhões de proprietários, são donos de 46% de todas as terras do Brasil. Isso faz do Brasil um dos países com maior concentração fundiária do mundo, perdendo apenas para o Paraguai.

O modelo agrícola do agronegócio, tido como solução para o país, tem base na monocultura para exportação, emprega apenas 600 mil assalariados em propriedades acima de mil hectares e possui apenas 5% da frota nacional de tratores. Além disso, é corrente o desrespeito às leis trabalhistas, com uso até de trabalho escravo, e das normas ambientais. Ou seja, não tem condições de resolver os problemas dos trabalhadores do campo nem produzir alimentos baratos e limpos de agrotóxicos para a população urbana.

As pequenas propriedades empregam 13 milhões de trabalhadores familiares, mais de um milhão de assalariados e detêm 52% de toda frota de tratores do Brasil. Produzem também a alimentação característica do brasileiro, com a produção de alimentos orgânicos.

Só com um processo efetivo de Reforma Agrária, a consolidação da agricultura camponesa, casada com agroindústrias, assistência técnica, educação e uma nova tecnologia agrícola que respeite o ambiente será possível melhorar a condição de vida dos camponeses, diminuir substancialmente a violência e acabar com a fome de milhares de brasileiros. É por isso que fizemos mobilizações no Dia Internacional da Luta Camponesa.

Coordenação Nacional do MST

## Artigo

### **Os vários significados da terra.**

*O homem e a mulher do campo estabelecem com a terra uma relação diferente da lógica dos grandes mercados. Dela se tira o sustento e se estabelece a convivência com o meio ambiente. A terra é para o trabalho. Já sob a ótica capitalista, ela é vista como reserva de valor e geradora de lucros, é para a exploração. Esta reflexão, atribuindo à terra significados distintos - de trabalho e de exploração -, foi feita pela CPT no final da década de 70 e incorporada pelo documento "Igreja e Problemas da Terra", produzido pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1980.*

A ação da CPT junto aos trabalhadores rurais se dá em diversos âmbitos. A que ganhou maior destaque foi a defesa do direito dos trabalhadores a terra, sobretudo posseiros e sem-terra. Só que a democratização do acesso à terra passa pela quebra do latifúndio, por isso, a CPT sempre defendeu e se envolveu diretamente com as diversas lutas e manifestações em favor da Reforma Agrária.

A CPT também se preocupa com a permanência do agricultor na terra, por isso, desenvolve ações na busca de alternativas de sobrevivência para o homem e a mulher do campo, apoiando iniciativas e políticas agrícolas neste sentido. O uso da terra, contudo, deve sempre vir acompanhado com a defesa do meio ambiente. A CPT ainda tem centrado sua atenção na produção orgânica e ecológica, na convivência respeitosa com os diversos ecossistemas e no combate ao desmatamento indiscriminado, às queimadas e ao uso de agrotóxicos.

*Nestas atividades, a CPT caminha com os diversos movimentos sociais do campo, apoiando suas ações e se somando a eles em suas lutas e reivindicações.*

Fonte: CPT

## TRD entrevista Alcides Modesto

*Após a recente eleição no Pólo Sindical de Trabalhadores Rurais do Submédio São Francisco, apresentamos um depoimento inédito feito pelo Manoel Alcides Modesto Coelho, que nos conta a origem do Pólo como as palavras de um de seus fundadores. Modesto conhece bem a história de luta da população do semi-árido porque faz parte dela. Ex-deputado estadual e por duas vezes federal, hoje Alcides Modesto é Superintendente Regional da Codevasf (Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco) em Juazeiro na Bahia. A entrevista foi realizada no ano de 1998 por Jorge Atílio Silva Iulianelli, coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos, e pela pesquisadora Ana Maria Motta Ribeiro, professora Departamento de Sociologia e Metodologia das Ciências Sociais da Universidade Federal Fluminense.*

“Era um questionamento que a gente trabalhava: “Não esqueça do que aconteceu em Moxotó! Não esqueça do que está acontecendo em Sobradinho! E o que poderá acontecer em Itaparica?” Essa uma questão muito esquecida, partida, perguntada e constituía a linha de debate das reuniões dos grupos. Queríamos tentar responder o que nós podíamos fazer para não acontecer o mesmo que em Moxotó (PE). Temos um canto da época das concentrações que fala exatamente sobre Moxotó que é assim: “Sem casam sem terra, sem casa para morar, o povo de Sobradinho...”

Eu sempre trabalhei a idéia de que o fenômeno de Itaparica é resultante também dessa história de Moxotó, dessa injustiça e essa arbitrariedade conhecida contra a população. Eles não aceitaram e pretenderam fazer diferente! Nesse sentido, se criou um outro jeito de fazer justiça, de reivindicar os direitos e não só chegar e matar. No olho por olho, dente por dente. Ainda contávamos com pessoas que tinham forte a filosofia da não-violência, da justiça e não à violência. Essa é a verdade! Trabalhavam pessoas mais ligadas a Igreja, a Pastoral, a CPT, grupo de Pastoral Rural.

Nós trabalhávamos dos dois lados - de Pernambuco e da Bahia. Tinha o Dom Hélder, em Pernambuco, que não deixava de ser uma referência e quando se pedia uma assessoria, uma ajuda para São Paulo. Tinha gente ligada ao movimento de justiça e não-violência.

O advogado, quando chegava aqui, vinha dar um apoio na área jurídica daquelas questões, da luta e na hora dos conflitos imprimia um pouco da linha de metodologia de não-violência contra o sistema que estava aqui. Essa mudança foi um negócio muito grande e até hoje não se escreveu sobre a mudança na cultura popular da

poderosíssima CHESF (Companhia Hidro Elétrica do São Francisco) – a intocável e a história de um povo que se considerou superior a ela (CHESF), num determinado momento, dizendo: “-Não! Ela não pode fazer tudo o que ela quer!?” Assim é que começou a história de Itaparica e as suas raízes passam por isso.

Foi assim que a história aconteceu! Nós sempre buscamos o apoio de todas as entidades, do movimento sindical, mas não só dos trabalhadores rurais. E sim das entidades, da Igreja, do Movimento Sindical de fora e daqui. Foi se desdobrando. Nós saímos, daqui, para participar das eleições. Toda aquela história da oposição, da fundação da CUT e do PT. Isso quer dizer que o Pólo não se isolou. Tinha uma capacidade de se articular com os vários movimentos. Então essa experiência bastante aberta interligando muitas forças para ajudar, apoiar e a gente também.

Falando da criação do Pólo Sindical. Nós criamos, aqui na região, um lugar onde os dirigentes do movimento se sentavam para tomar as decisões em conjunto. Esse lugar escolhido foi Petrolândia (PE). Não podia ser em Paulo Afonso (BA) porque lá era o quartel general dos nossos inimigos. Assim, nós começamos chamar esse espaço de Pólo Sindical porque havia o sindicato de Floresta, o sindicato de Petrolândia, de Itacuruba, de Belém do São Francisco, Paulo Afonso e Glória. Em todas as reuniões havia sempre esse grupo de sindicatos. A nomenclatura Pólo foi criada para definir esse grupo, esse sindicato, que tinha uma luta comum a partir de uma realidade. Nossa luta não podia ter sucesso se cada sindicato fizesse uma luta separada da outra. O mesmo problema de Itacuruba é tão importante quanto o de Glória. O de Glória é tão importante quanto o de Petrolândia. O de Petrolândia é tão importante como o de Belém do São Francisco e assim segue.

Os diretores dos sindicatos tinham autoridade para decidir na reunião tudo pelo seu município, mas voltavam para casa com a decisão comum a todos os outros municípios. O problema de Belém, por exemplo, era assumido também solidariamente pelos outros. Como o Pólo não tinha pessoa jurídica, nós criamos o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco para dar os encaminhamentos. Com o surgimento desse centro, as federações passaram a achar que ele era nova entidade da luta dos trabalhadores rurais que competia com elas, alterando a luta dos trabalhadores.

Em 79 nós já estávamos em pleno vapor com de 3 a 4 mil trabalhadores, em Petrolândia, na primeira concentração. Nós já estávamos trabalhando. Estávamos no confronto da destruição no canteiro de obras de Itaparica. Por

volta de 77 e 78 estávamos trabalhando em Pernambuco onde está localizado hoje o acampamento da Chesf. Depois foram deslocados para Alagoas e lá foi o primeiro assentamento. Assim, ali (em Petrolândia) já havia uma experiência. Nesse período nós já estávamos promovendo reuniões no que chamávamos de Pólo. Paulo Afonso não oferecia condição para reuniões. As pessoas que podiam se hospedavam na casa de Josefina e lá funcionava como sede. Ter uma sede em Petrolândia o deslocamento do pessoal que vinha da Bahia de Glória e Rodelas. Então era mais perto do que Paulo Afonso.

A luta de Itaparica. A barragem englobava ao mesmo tempo, nas mesmas circunstâncias, problemas totalmente iguais. As diferenças eram apenas das pessoas e dos lugares. A CHESF chegava da mesma forma em Rodelas como em Petrolândia. Ela tinha a mesma postura em todos os lugares, com arbitrariedade, violência e truculência. Tudo isso que ela faz aí até hoje. Então, a partir dessa vivência, eles entenderam que era fundamental um enfrentamento porque o inimigo era o mesmo em todos esses lugares.

Nós começamos a chamar isso de Pólo e a documentar, a caracterizar essa ação, a chamar essas reuniões, essas decisões conjuntas de Pólo Sindical. Foi mais para caracterizar esse processo que se chegou ao entendimento de todos em todos os sindicatos. Porque nos outros anos de outras conquistas não havia um marco institucional, formal. Até aí só eram feitos assentamentos pontuais. A Chesf assentou um pessoal, mas com a idéia de que não mais iria fazer assentamento para outros. Para cada conquista, ela não assumia o compromisso de outros. Foi quando houve a parada da obra em 86, ano em que formalmente aceitaram a nossa bandeira. A vitória foi ali, o governo foi dobrado para formalizar junto aos trabalhadores as conquistas que já vinham ocorrendo aos poucos. Até para conseguir tirar um mapa da CHESF para saber se ia chegar água em determinado local tínhamos que brigar.

As lideranças nessa época eram Vicente Costa Coelho; Silvestre Silvestre Aprigio da Silva; Fulgêncio Manuel da Silva [Fulgêncio foi assassinado aos 61 anos em outubro de 1997. Ele foi membro da Coordenação Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens e do Pólo; também atuou como presidente local do PT e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; além de ter sido candidato a vice-prefeito de Santa Maria da Boa Vista (PE).] em Pernambuco; depois teve Bartolomeu Manoel de Souza; e Deusdete Silvino Pereira. em Santa Maria da Boa Vista (PE). Zé Messias e Fulgêncio eram grandes lideranças.

## EXPEDIENTE

Boletim Produzido pelo Programa Trabalhadores Rurais e Direitos de KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço.

**Secretário Executivo de KOINONIA**  
Rafael Soares de Oliveira

**Coordenador do Programa Trabalhadores Rurais e Direitos e editor do boletim**

Jorge Atílio Silva Iulianelli

**Assistentes de Editoriais**  
Maria Priscila Lisa das Chagas  
Quitéria Maria Silva Ferreira

**Pesquisas**  
Andréa Carvalho de Oliveira

**Revisão**  
Helena Costa  
Manoela Vianna

**Diagramação e Impressão**  
Editora Fonte Viva

 **KOINONIA**  
Presença Ecumênica e Serviço

Rua Santo Amaro, 129  
Glória - Rio de Janeiro/RJ

Tel: (21) 2224-6713 Fax: (21) 2221-3016  
trd@koinonia.org.br  
www.koinonia.org.br